



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 26 de Fevereiro de 2016

No dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 5ª, da sessão ordinária do dia 22 de dezembro, do ano 2015.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

4.2 – Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Pitões das Júnias para pagamento do serviço técnico prestado no Polo do Ecomuseu, no atendimento ao público, durante o ano de 2015.

4.3 – Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso para pagamento das despesas inerentes à utilização do Gabinete da CPCJ, referente ao ano de 2015.

4.4 – 1ª Revisão aos documentos previsionais (revisão ao orçamento da despesa) do ano financeiro 2016.

4.5 – Minuta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração de Pequenos Ruminantes.

4.6 - Minuta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento da Produção de Batata de Semente.

4.7 – Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária.

4.8 – Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais.

4.9 – EHATB / Relatório de Execução Orçamental do 3º trimestre de 2015 / Para conhecimento.

4.10 – Minuta de Contrato – Programa entre os Municípios de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso, SA.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.11 – Pedido de informação prévia para construção de um pavilhão, estábulo, para cunicultura, formulado pela Sra. Maria José Dias Lage, residente em Cambeses do Rio.

4.12 - Pedido de informação prévia para construção de um pavilhão, estábulo, para cunicultura, formulado pelo Sr. António Branco Pires, residente em Cabarnaulo, Cambeses do Rio.

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Agostinho Padrão Gonçalves, residente em Santo André, freguesia de Santo André, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.14 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Ferreira Barroso, residente em Carvalho, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Fonseca Alves Aguiar, residente em Vial Nova, freguesia de Ferral, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.16 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Vítor Manuel Dias Carreira, residente em Negrões, freguesia de Negrões, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.17 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Manuel Fernandes Barroso, residente em Friães, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.18 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Conceição Borges Gonçalves, residente em Cela, da Freguesia de Outeiro destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.19 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Paula Magalhães Gonçalves, residente em Cela, da Freguesia de Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.20 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Assunção Rodrigues Afonso Pelho Lage, residente em Meixedo, União das Freguesias de Meixedo e Padornelos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.21 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Helena Borralheiro Pereira Ramos, residente em Carvalho, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.22 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Fernandes Pinto, residente no local e freguesia de Negrões, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.23 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra, Fátima Afonso Rodrigues Alves, residente em Fiães do Rio, União das Freguesias de Paradela Fiães e Contim, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.24- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Luzia Luis Azevedo Dias, residente em Loivos, União das Freguesias de Paradela Fiães e Contim, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.25- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Fátima Afonso Costa, residente em Friães, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.26 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Teresa Maria Mesquita Dias, residente em Criande, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.27 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Catarina Ponteira Gonçalves, residente em Pondras, União das Freguesias de Venda Nova e Pondras, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.28 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria de Lourdes Gonçalves Pires, residente em Codeçoso, União das Freguesias de Meixedo e Padornelos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.29 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Luisa Maria Costa Mendes, residente em Aldeia Nova, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.30 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Lurdes Afonso Costa, residente em Friães, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.31 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Patrocínia Dias Costa Gonçalves, residente em Torgueda, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.32 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Rui Pedro Rodrigues Alves, residente em Torgueda, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.33 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Ferreira, residente em Beçós, freguesia da Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.34 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Fernando Batista Magalhães, residente em Vilar de Perdizes, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.35 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Luis Manuel G.P. Celeiro, residente em Lamas, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.36 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Joaquim Pereira Carvalho Barroso, residente em Corva, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.37 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Mário Santos Rebelo, residente em Aldeia Nova, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.38 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Alves Medeiros, residente em Carvalhais, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.39 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Gonçalves Peirezo, residente em Morgade, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.40 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António José Silva Dias, residente em Morgade, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.41 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Rodrigues, residente em Cortiço, freguesia de Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.42 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Loureiro Nogueira, residente em Rebordelo, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.43 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Fernando Costa Calheno, residente em Currais, freguesia de Reigoso, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.44 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ilda Lopes Costa Pires, residente no local e freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11). (reunião de 1 fevereiro)

4.45 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Daniela Fernandes Moura, residente no Cortiço, freguesia de Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.46 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Bela Leal Barros, residente em Mourilhe, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.47 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Glória Alves Santos, residente em Covelães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.48 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Rui Manuel Pereira Duarte, residente em S. Vicente da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.49- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Carlos Rodrigues Castro, residente em Carvalhais, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.50 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Carlos Alberto Alves Fernandes, residente em Carvalhais, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.51 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Paulo Jorge Afonso Gonçalves, residente em Xertelo, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.52 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Augusto Protelada Gonçalves Pereira, residente em Covelães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.53 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Fernando Eurico Moura – Cabeça Casal Herança, residente no Cortiço, freguesia de Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.54 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Manuel Tiago Barroso Pereira, residente em Póvoa, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.55 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Alves Teixeira, residente em Padornelos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.56 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. João Manuel Miranda Lima C.C. herança de, residente em Viade de Cima, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.57 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Rui Manuel Miranda Fonte, residente em Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.58- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Joaquina Moura Madeira, residente em Gralhas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.59- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Vítor Manuel Cunha Alves, residente na Borralha freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5 – Período após a ordem do dia.

Efetou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e dois membros, à exceção dos seguintes deputados: Marco Sousa, Carla Rodrigues, Nuno Pereira, Maria Clotilde Gomes, António Santos, Ana Maria Martins, José Carlos Costa e Vitor Carreira.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Ana Isabel Dias, Nuno Pereira, Pedro Barroso, Alda Malho, Adriano Costa e José Bento Dias.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, José Duarte Crespo Gonçalves e Elsa Maria de Moura Minhava.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata nº 5ª, da sessão ordinária do dia 22 de dezembro, do ano 2015.

A ata da sessão ordinária do dia 22 de dezembro de 2015 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Pedro Barroso, Alda Malho e Joaquim Babo.

2 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos e Ana Isabel Dias.

O deputado Acácio Gonçalves falou das eleições da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, com número reduzido de irmãos. O candidato a provedor trouxe algum mau estar ao ato eleitoral, devido às incompatibilidades que esse mesmo ato eleitoral apresenta. Disse que três irmãos, um deles foi ele, impugnaram o ato eleitoral. Uma das principais razões é porque o candidato a provedor será presidente de duas IPSS. Seguiu para o Bispo, de acordo com os estatutos, e de facto este deu-lhe razão e isso será resolvido em tribunal. O processo irá seguir os trâmites legais. Tudo isto sensibiliza-o pois sempre julgou que as pessoas tinham como principal interesse salvaguardar os interesses da Santa Casa da Misericórdia, como é o dever de qualquer irmão. Mas o tribunal eclesiástico de Vila Real exigiu o pagamento de 500 euros para que o processo pudesse avançar. Como as dificuldades económicas são um problema dos nossos dias, vamos aguardar o que se vai fazer e ver onde é que se vai arranjar dinheiro.

Faz-se referência ao plano de atividades e à Junta de Freguesia do Porto. Disse que a comunicação social falou em plágio e devia-se ter mais atenção a estes aspetos. Assume também o erro pois também nenhum deputado da Assembleia Municipal se apercebeu do erro. Fica a chamada de atenção à Câmara Municipal deste erro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Referiu o Senhor Vice-presidente da Câmara, Dr. David Teixeira, e disse que o estatuto de autarca tem incompatibilidades e essas prendem-se com o estatuto de autarca local. Quem visite o Instituto de Propriedade Industrial verifica que o Sr. David José Varela Teixeira é titular de marca nacional e foi registá-la. Foi registar a Sexta 13 – Noite das Bruxas, quando esta atividade toda a gente sabe que é do Município. O registo foi iniciado em 2/11/2015 e foi recusado em 2/2/2016.

Para além deste registo tentou registar a marca Queijos de Montalegre que também foi recusado. Está com azar quanto a registos. Tanto tentou que conseguiu registar o nome do Cozido à Barrosã e aqui arranhou uma sócia, Anabela Dias Vassalo, da Ponteira. O registo foi concedido. Foi criada uma associação empresarial há pouco tempo e perguntacomo é que esses registos não passam por esta associação. Isto é o princípio do fim da economia local. O registo de marcas, patentes e denominações compete aos industriais e comerciantes para dinamizarem a economia local. O David José Varela Teixeira tem que se mentalizar que é o vice-presidente da Câmara Municipal de Montalegre e como tal, tais atitudes são incompatíveis perante a lei. A mulher de César não tem apenas de ser, mas tem que parecer. E o Dr. David Teixeira tem que se rever nesta situação ou que se explique.

O deputado Domingos Vasconcelos falou das eleições presidenciais e felicitou o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa. Ganhou em todos os distritos do País e de forma alargada em todo o concelho de Montalegre. Esperamos que ele seja imparcial e igual para todos e que nos faça sair do momento de crise que atravessamos.

Falou dos trabalhos de limpeza nas aldeias e disse que esta deixa muito a desejar. A Câmara está bem equipada, mas os trabalhos não são bem executados e coordenados.

Falou de um muro das Oliveiras em Vila Nova que está em risco de ruína.

Disse que o cemitério de Sidrós está quase cheio e convém pensar nisso. O recinto da Capela da Santíssima Trindade está muito sujo. Devem delegar competências nas juntas.

A deputada Ana Isabel Dias disse que tem visto, no placard luminoso junto ao Multiusos e na comunicação social local, a publicidade a um colóquio da lusofonia que vai reunir gente de vários países e figuras de relevo científico. Pediu esclarecimentos acerca deste tema.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que provavelmente alguém se enganou nas intervenções. Estamos numa reunião da assembleia Municipal de Montalegre e não na Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia. De qualquer forma, disse que o processo dilatório referente ao ato eleitoral da Misericórdia decorrerá e terá o desfecho perfeitamente normal e não se espera outra coisa. Já o mesmo não se poderá dizer relativamente ao que os três elementos escreveram na contestação pelo que serão responsabilizados judicialmente.

O Senhor Presidente da Câmara disse que de facto não estamos na reunião da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia.

Disse que na ausência do Vice-presidente só lhe resta dizer que não acredita que este tenha tido o intuito de tirar qualquer proveito pessoal da circunstância. Tem a certeza que ao fazê-lo teve como propósito colocar os eventos ao serviço da população, do Ecomuseu ou da Câmara. E há outra certeza que tem, que não há incompatibilidade nenhuma porque qualquer um de nós pode constituir uma empresa desde que não haja relação comercial da empresa da qual é titular com o órgão Câmara em que está investido de funções.

Disse que há coisas que estão fora da esfera da Câmara pois são competências das Juntas de Freguesia. E este tem sido um assunto que tem sido muito falado. Devido à inconsistência da Lei 75 de 2013 que atribui às freguesias um rol de competências que não estão em condições de desempenhar porque não são acompanhadas da correspondente transferência ou dotação financeira. É preciso torneir muito bem as questões para resolver assuntos que por vezes são urgentes. Ainda há dias, nas Jornadas Parlamentares, e com a visita de uma delegação de deputados do Partido Socialista que esteve em Montalegre, este assunto foi abordado. Foram confrontados com a irracionalidade de algumas leis de um país pequeno, não regionalizado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

que não promove a descentralização e fazem-se leis para aplicação em todo o país quando na verdade não se pode tratar de forma igual realidades tão diferentes, como é o litoral e o interior, o mundo rural e o urbano. Ainda hoje, a Antena 1, irá transmitir desde Vilar de Perdizes um programa, onde estará presente o Senhor Reitor da Universidade, o Presidente da Câmara de Montalegre e o Secretário de Estado do Ambiente para se falar exatamente de políticas para o mundo rural. Tantas vezes se fala nelas que algum dia irão acontecer. Esta é a missão do presidente que continuará sempre a insistir e a denunciar aquilo que lhe parece estar mal.

Disse que as brigadas de limpeza de Salto e Ferral funcionam muito bem, fazem um trabalho notável. E se repararem, desde o cruzamento de Ferral até às Penedas, as valetas estão bem limpas e o mesmo acontece em direção a Cabril, Pincães e Fafião.

Quanto ao colóquio da lusofonia, disse que será um dos acontecimentos marcantes para a nossa terra durante o ano de 2016, porquanto irá ser desenvolvida uma jornada de quatro dias dedicada às questões da língua como um património que é preciso ser respeitado, como um elemento cultural de referência que aproxima os povos, que ajuda a construir um carácter. Disse que conhece uma pessoa que vem da Índia para falar dos territórios que foram administrados por Portugal e da relação simpática que ainda hoje mantemos. É um património que temos que saber defender, como deveríamos denunciar a vergonha que foi o acordo ortográfico que faz de nós todos analfabetos.

Disse que esses quatro dias vão dar muito movimento à vila de Montalegre, quer a nível de restauração, quer a nível da hotelaria, com muita animação cultural. Era bom que todos os deputados e autarcas se deixassem atrair pela curiosidade para saber do que lá se fala e no final sairíamos todos mais enriquecidos e a nossa terra mais valorizada.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Só queria levantar uma questão acerca de uma rua em Montalegre. Trata-se do acesso à Marginal do Cávado, vindo da Costa pelo Loteamento do Cerrado/Talho Barbudo, que está cortado há mais de meio ano por causa de um buraco no piso que ali existe há mais de um ano. Não sendo uma rua com muito tráfego, é um acesso útil e que tem este problema por resolver e eu queria saber o que se passa, se a Junta e Câmara estão atentas à situação? Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que a rede de saneamentos passa naquele local a catorze metros de profundidade e com os invernos rigorosos o perigo tende a agravar-se. É uma zona em que o perigo não está apenas localizado no buraco. Tem uma incidência mais vasta. É uma intervenção mais séria do que aquilo que se pensa e é uma obra dispendiosa que obrigará a que o saneamento deixe de passar por ali. Como não afeta a vida, nem a qualidade das pessoas, está-se a dar prioridade a outras obras.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.2 – Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Pitões das Júnias para pagamento do serviço técnico prestado no Polo do Ecomuseu, no atendimento ao público, durante o ano de 2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou se o pólo do Ecomuseu pertence à orgânica da Câmara Municipal de Montalegre ou ao Ecomuseu, Associação de Barroso. Porque se é um pólo da associação, a Câmara tem que atribuir a verba à associação e esta é que vai gerir as verbas. Estas manobras só servem para confundir as pessoas. Toda a gente sabe que o Polo do Ecomuseu nada tem a ver com a Junta. A Junta nunca devia ser chamada para este assunto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o deputado Acácio Gonçalves não deixa de ter alguma razão, sob o ponto de vista de funcionalidade, mas terá que ser sempre a Câmara a suportar estas despesas, pois também foi a Câmara que começou o processo de descentralização do Ecomuseu e não há ninguém localmente que lhe pegue e se as juntas de Freguesia se querem envolver, a Câmara vê isso com bons olhos. Ainda bem que ainda há gente que está disposta a colaborar.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.3 – Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso para pagamento das despesas inerentes à utilização do Gabinete da CPCJ, referente ao ano de 2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que as regras têm que ser cumpridas e a CPCJ tem um orçamento que é baseado no subsídio que a Câmara lhe atribuiu e ronda os cinco mil euros. Nesse orçamento já deveria constar a despesa com o aluguer do espaço. Se é a CPCJ que tem esse encargo com a Junta, então que o suporte.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a CPCJ não pode ser entidade recetora e administradora de subsídios. A Câmara tem perante a CPCJ a relação institucional que tem que ter para com uma das parcerias institucionais mais importantes do concelho. Todos deviam tirar o chapéu a quem aceita estar integrado numa matéria tão sensível e de tão grande responsabilidade. Não se trata da atribuição de nenhum subsídio, mas sim de uma colaboração na manutenção de instalações onde se faz atendimento e onde a privacidade tem que ser a nota dominante.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: Acácio Gonçalves, representante da coligação PSD/CDS vem por este meio requerer a V. Exa se digne informar este Grupo Municipal quais são os quatro elementos da Assembleia Municipal que integram a CPCJ deste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

concelho, quando foram eleitos e cópia das atas da referida eleição. Montalegre, 26 de fevereiro de 2016. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

A Senhora Vereadora Fátima Fernandes disse que lamentavelmente o deputado Acácio Gonçalves anda distraído pois a proposta dos deputados representantes da Assembleia Municipal foi apresentada e votada nesta Assembleia Municipal. E para mais conhecimento, aconselhou-o a consultar as atas da assembleia Municipal que estão disponíveis no site do Município.

Inscreveu-se para terceira intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que se houve lista apresentada esta é ilegal pois o CDS e o PSD não tem representantes.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.4 – 1ª Revisão aos documentos previsionais (revisão ao orçamento da despesa) do ano financeiro 2016.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.5 – Minuta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração de Pequenos Ruminantes.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Os apoios à produção agrícola e animal por parte do Município têm os seus méritos. Juntamente com os projetos comunitários, aprovados na nossa região, têm ajudado à instalação de alguns jovens, sobretudo ligados à produção pecuária. Aqui também é de realçar o contributo de alguém de Montalegre bem colocado no Ministério da Agricultura e que tem ajudado a desbloquear alguns processos.

No entanto, acho que há um caminho enorme a trilhar e que está a ser um pouco esquecido. É urgente trabalhar mais e melhor o sector da comercialização de carne (seja bovina, de pequenos ruminantes e leitões). Pois de pouco vale ajudar no fomento da produção se a parte da divulgação e comercialização for esquecida. Considero que, neste caso particular do cordeiro e do cabrito, se merecesse metade do marketing que é dedicado (e bem) ao fumeiro, toda a carne de excelência que produzíamos tinha garantia de escoamento e a um preço justo.

Mas tem de se trabalhar muito mais na criação de vias de comercialização e outras formas de venda, como a criação e divulgação de marcas, a criação de páginas on-line, etc.

No meu dia-a-dia de trabalho tenho-me deparado com as lamentações e queixas de produtores, muitos jovens recém-instalados, que abraçaram com grande esperança este sector e que enfrentam agora grandes dificuldades no escoamento dos vitelos, cordeiros, cabritos e leitões. E custa-me ver e ouvir estes jovens, alguns até com projetos bem estruturados em termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

físicos, afirmarem que se continuarem com estas dificuldades, mal terminem os 5 anos obrigatórios, se irão desfazer dos animais e fechar a atividade.

Aqui também deixo um reparo/desafio à hotelaria e restauração da região para que consumam mais carne da região, criando ementas dedicadas a estes produtos tão nobres, pois o Cozido à Barrosã, com qualidade, está limitado a 3 a 5 meses do ano.

Ainda que seja claro para todos que o nosso principal mercado não será aqui, mas sim as grandes cidades, consumidores que apreciam e podem pagar estes produtos genuínos, uma vez que é sabido que não poderemos ganhar mercado pelo preço.

Em relação ao regulamento em si mesmo, gostava de saber quem o elaborou, pois considero que a idade máxima para fêmeas elegíveis é curta. Devia ser estendida dos 7 para os 10, pois é uma idade ainda produtiva nos pequenos ruminantes. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso."

O Senhor Presidente da Câmara disse que quem colabora na elaboração dos documentos são os representantes das associações de agricultores. Concorda com tudo o que o deputado disse e já se está a trabalhar nesse sentido. Tem que se perceber como trabalha o mercado e obter uma rede de contactos, mas temos os constrangimentos das grandes superfícies. Temos o exemplo do Centro Escolar que não pode consumir a batata de produção local. Somos nós que fazemos as leis e são essas mesmas leis que esmifram a economia local.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso perguntou como está a questão da OPP e da nova Cooperativa. Disse que a luta pelo preço não é possível dada a relação dos custos e da qualidade.

O Senhor Presidente da Câmara disse que tem esperança que este ano seja possível mas ainda não há reposta por parte da Direção Geral de Veterinária.

Disse que se iniciou o processo dos agrupamentos de agricultores porque a lei exige um escoamento de produtos em grande escala.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.6 - Minuta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento da Produção de Batata de Semente.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Rui Duarte.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte à Mesa: "Sobre este ponto só queria saber qual é o ponto de situação da produção e escoamento da batata de semente de Montalegre, uma vez que iremos entrar no terceiro ano desde a criação deste regulamento de apoio. Isto sabendo de antemão que qualquer projeto deste género só começa a mostrar retorno visível ao fim de, em média, 5 anos.

Acho que a data de inscrição dos produtores devia ser estendida pois o regulamento é aprovado em Fevereiro, mas as inscrições terminam a 31 de Outubro do ano anterior. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso."

O deputado Rui Duarte, sobre o processo da batata de semente, disse que se tentou melhorar o protocolo para que apareça a batata que o mercado pede e que é bem paga. Assim, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

protocolo foi direcionado de modo a que o agricultor faça o máximo de toneladas do calibre pretendido.

Sobre a OPP, disse que, ao contrário do que aconteceu no ano passado, toda a documentação foi entregue atempadamente e espera-se uma resposta positiva.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.7 – Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Primeiro queria fazer uma *mea culpa*, pois já me foi mostrado que o artigo 14º do regulamento anterior permite, em 2016, a inscrição excecional até ao fim do corrente mês.

Já referi isto em outra ocasião. Peço ao Município que esteja atento às novas obrigações sanitárias que os produtores de suínos enfrentam e que os obriga a 3 vacinações anuais e uma recolha de sangue anual (que depois passa a semestral), e que se traduz num grande encargo, e que também deve merecer o apoio do Município tal e qual o da sanidade dos Bovinos e Pequenos Ruminantes. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso.”

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 – Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.9 – EHATB / Relatório de Execução Orçamental do 3º trimestre de 2015 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.10 – Minuta de Contrato – Programa entre os Municípios de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso, SA.

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

4.11 – Pedido de informação prévia para construção de um pavilhão, estábulo, para cunicultura, formulado pela Sra. Maria José Dias Lage, residente em Cambeses do Rio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.12 - Pedido de informação prévia para construção de um pavilhão, estábulo, para cunicultura, formulado pelo Sr. António Branco Pires, residente em Cabarnaulo, Cambeses do Rio.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Agostinho Padrão Gonçalves, residente em Santo André, freguesia de Santo André, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.14 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Ferreira Barroso, residente em Carvalho, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Fonseca Alves Aguiar, residente em Vial Nova, freguesia de Ferral, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.16 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Vítor Manuel Dias Carreira, residente em Negrões, freguesia de Negrões, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.17 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Manuel Fernandes Barroso, residente em Friães, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.18 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Conceição Borges Gonçalves, residente em Cela, da Freguesia de Outeiro destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.19 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Paula Magalhães Gonçalves, residente em Cela, da Freguesia de Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.20 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Assunção Rodrigues Afonso Pelho Lage, residente em Meixedo, União das Freguesias de Meixedo e Padornelos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.21 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Helena Borralheiro Pereira Ramos, residente em Carvalho, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.22 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Fernandes Pinto, residente no local e freguesia de Negrões, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.23 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra, Fátima Afonso Rodrigues Alves, residente em Fiães do Rio, União das Freguesias de Paradela Fiães e Contim, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.24- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Luzia Luis Azevedo Dias, residente em Loivos, União das Freguesias de Paradela Fiães e Contim, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.25- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Fátima Afonso Costa, residente em Friães, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.26 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Teresa Maria Mesquita Dias, residente em Criande, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.27 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Catarina Ponteira Gonçalves, residente em Pondras, União das Freguesias de Venda Nova e Pondras, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.28 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria de Lourdes Gonçalves Pires, residente em Codeçoso, União das Freguesias de Meixedo e Padornelos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.29 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Luísa Maria Costa Mendes, residente em Aldeia Nova, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.30 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Lurdes Afonso Costa, residente em Friães, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.31 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Patrocínia Dias Costa Gonçalves, residente em Torgueda, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.32 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Rui Pedro Rodrigues Alves, residente em Torgueda, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.33 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Ferreira, residente em Beçós, freguesia da Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.34 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Fernando Batista Magalhães, residente em Vilar de Perdizes, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.35 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Luis Manuel G.P. Celeiro, residente em Lamas, União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.36 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Joaquim Pereira Carvalho Barroso, residente em Corva, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.37 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Mário Santos Rebelo, residente em Aldeia Nova, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.38 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Alves Medeiros, residente em Carvalhais, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.39 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Gonçalves Peirezo, residente em Morgade, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.40 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António José Silva Dias, residente em Morgade, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.41 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Rodrigues, residente em Cortiço, freguesia de Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.42 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Loureiro Nogueira, residente em Rebordelo, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.43 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Fernando Costa Calheno, residente em Currais, freguesia de Reigoso, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.44 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ilda Lopes Costa Pires, residente no local e freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11). (reunião de 1 fevereiro)

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.45 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Daniela Fernandes Moura, residente no Cortiço, freguesia de Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.46 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Bela Leal Barros, residente em Mourilhe, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.47 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Glória Alves Santos, residente em Covelães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.48 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Rui Manuel Pereira Duarte, residente em S. Vicente da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.49- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Carlos Rodrigues Castro, residente em Carvalhais, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.50 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Carlos Alberto Alves Fernandes, residente em Carvalhais, freguesia de Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.51 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Paulo Jorge Afonso Gonçalves, residente em Xertelo, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.52 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Augusto Protelada Gonçalves Pereira, residente em Covelães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.53 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Fernando Eurico Moura – Cabeça Casal Herança, residente no Cortiço, freguesia de Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.54 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Manuel Tiago Barroso Pereira, residente em Póvoa, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.55 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Alves Teixeira, residente em Padornelos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.56 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. João Manuel Miranda Lima C.C. herança de, residente em Viade de Cima, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.57 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Rui Manuel Miranda Fonte, residente em Morgade, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.58- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Joaquina Moura Madeira, residente em Gralhas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.59- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Vítor Manuel Cunha Alves, residente na Borralha freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia, não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas